

PORTARIA Nº 1.151 DE 21 DE AGOSTO DE 2025.

Outorga a ALPHA INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÕES LTDA o direito de uso dos recursos hídricos para captação de água no Ribeirão Piranhas, para umidificações de vias.

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), no uso das atribuições legais que lhe confere o Parágrafo único do Art. 117, do Decreto Nº 1.210, de 2 de janeiro de 2025;

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 11.088 de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 620, de 15 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as infrações das normas de utilização dos recursos hídricos e suas sanções administrativas.

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução nº 119 de 07 novembro de 2019, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 09, de 14 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando o Parecer Técnico Nº 3738/2025 de 20 de agosto de 2025 do processo SIGA Nº 2643/2025.

RESOLVE:

Art.1º Outorgar para ALPHA INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÕES LTDA, CNPJ: 58.079.875/0001-00, doravante denominada outorgada, o direito de uso de recursos hídricos para captação superficial de água no Ribeirão Piranhas, Bacia Hidrográfica Amazônica, na Unidade de Planejamento e Gerenciamento UPG: A-11 – Alto Teles Pires; com a finalidade umidificação de obras viárias no município de LUCAS DO RIO VERDE/MT, com as seguintes características:

I – **Captação 01**, no Ribeirão Piranhas, nas coordenadas geográficas (SIRGAS 2000): Lat13°8'41,83"S, Long. 55°54'33,93"W; variando a vazão máxima de captação: nos meses de novembro e dezembro e de janeiro a abril, vazão de 0,0035 m³/s (12,6 m³/h ou 3,5 L/s) e, nos meses de maio a outubro, vazão de 0,0069m³/s (24,84m³/h e 6,90 L/s), conforme consta na tabela 01 do Anexo.

Art. 2º A outorga, objeto desta Portaria, vigorará até **20 de agosto de 2035**, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I - descumprimento das condições estabelecidas no Art. 1º desta Portaria;
- II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III - incidência no Art. 18 e incisos I e II do Art. 12 do Decreto nº 336, de 06/06/2007;
- IV - indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no Art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Conforme o Artigo 12 no parágrafo I e II do Decreto 336 de 06/06/2007, a Outorgada terá até 02 (dois) anos, para o início da implantação do empreendimento objeto da outorga; e até 06 (seis) anos, para conclusão da implantação do empreendimento projetado;

Art. 4º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

- I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;
- II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 5º A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

Art. 6º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 7º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, dentro do prazo de validade da outorga vigente.

Art. 8º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual nº 11.088, de 09 de março de 2020.

Art. 9º A Outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta

Portaria.

Art. 10. Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 21 de agosto 2025.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRA-SE.

LILIAN FERREIRA DOS SANTOS

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos

GSALARH/SEMA-MT

ANEXO

Tabela 01 – Captação no Ribeirão Piranhas
Coordenadas Geográficas: Lat.13°8'41,83"S, Long.55°54'33,93"W;
DATUM: SIRGAS2000

MÊS	Vazão (m³/s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)	MÊS	Vazão (m³/s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Janeiro	0,0035	24	22	Julho	0,0069	24	22
Fevereiro	0,0035	24	22	Agosto	0,0069	24	22
Março	0,0035	24	22	Setembro	0,0069	24	22
Abril	0,0035	24	22	Outubro	0,0069	24	22
Maio	0,0069	24	22	Novembro	0,0035	24	22
Junho	0,0069	24	22	Dezembro	0,0035	24	22

Documento assinado eletronicamente por **Lilian Ferreira dos Santos**, em 25/08/2025 as 16:12:07.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portal.sema.mt.gov.br/#/verificar-documento> informando o código verificador **XKEPL6506** e o código CRC **E4355086**.